



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.937, DE 2024

Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso).

Autor: SENADO FEDERAL - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Relatora: Deputada MARIA ROSAS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.937, de 2024, de autoria do Senado Federal, institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Esta proposição foi distribuída às comissões de Educação e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD), estando sujeita à Apreciação do Plenário. O regime de tramitação é de prioridade (art. 151, II, RICD).

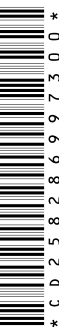
No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 4.937, de 2024, aprovado pelo Senado Federal, institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com o objetivo de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, considerado elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas.

A proposição estabelece os princípios, as diretrizes, os objetivos e as estratégias de implementação do Compromisso, bem como define mecanismos de





adesão voluntária e critérios para o apoio técnico e financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

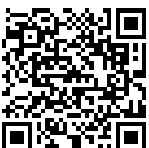
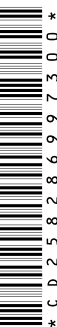
A proposta formaliza, em nível legal, política pública que já vem sendo implementada no âmbito do Poder Executivo Federal. Desde 2023, o Ministério da Educação coordena o programa "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada" regulamentado pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Assim, a iniciativa legislativa representa a elevação ao plano legal de política pública atualmente estabelecida por norma infralegal, reforçando sua estabilidade e institucionalidade, bem como assegurando maior perenidade à política, independentemente de mudanças administrativas futuras.

O texto do projeto se coaduna com as competências constitucionais da União no campo da educação, especialmente no que se refere à função supletiva e redistributiva do apoio técnico e financeiro aos entes federados. Além disso, está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que estabelece o regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios como princípio fundamental da organização educacional do país.

Cumprindo ainda destacar que, no processo de tramitação no Senado Federal, o projeto original recebeu importantes alterações por meio das emendas de Plenário aprovadas, que qualificaram e ampliaram aspectos da proposição, distinguindo o texto ora em exame daquele constante do Decreto nº 11.556, de 2023.

Com as emendas aprovadas, foram estabelecidos critérios objetivos para a concessão do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, prevendo-se expressamente que, para a obtenção do reconhecimento, será necessário demonstrar não apenas a porcentagem de crianças alfabetizadas ao final do ciclo de alfabetização, mas também o incremento dessa porcentagem de um ano para o outro, além de assegurar que eventual compensação financeira associada a esse reconhecimento se dê exclusivamente por meio dos instrumentos legais vigentes, sem criação de nova despesa.

Além disso, foi reforçada e sistematizada a obrigatoriedade da avaliação diagnóstica, determinando-se que sua aplicação deve ocorrer no início e ao final do ciclo de alfabetização do ensino fundamental, constituindo instrumento





essencial para aferir os avanços e orientar a distribuição do apoio técnico e financeiro da União aos entes federados. Este aspecto, ainda que implicitamente contemplado na política administrativa vigente, passa a constituir obrigação legal expressa, conferindo maior rigor e previsibilidade à sua execução.

Outro ponto de distinção relevante consiste na previsão de que o monitoramento e a divulgação dos resultados da avaliação diagnóstica sejam acompanhados da apresentação de dados específicos com vistas a assegurar maior transparência e capacidade de diagnóstico das desigualdades educacionais.

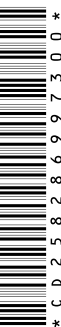
Por fim, o projeto incorporou, como diretriz legal explícita, a garantia da alfabetização ao longo de toda a trajetória escolar das crianças, mediante a adoção de medidas voltadas à recomposição das aprendizagens e ao acompanhamento individualizado, superando a formulação mais genérica constante do decreto infralegal.

Esses aperfeiçoamentos realizados pelo Senado tornam o texto legislativo mais robusto e sistematizado, conferindo-lhe maior densidade normativa e assegurando parâmetros mais precisos para a implementação do Compromisso, além de reforçar sua centralidade como política de Estado para a garantia do direito à alfabetização de todas as crianças brasileiras.

Entretanto, verifica-se a necessidade de ajustes de redação para garantir maior clareza normativa e evitar interpretações que possam gerar controvérsias conceituais, políticas ou jurídicas no âmbito da implementação do Compromisso. Assim, opta-se pela apresentação de emendas de redação, a fim de substituir expressões desnecessárias, sem, contudo, modificar o mérito ou os objetivos do Projeto de Lei. Trata-se, portanto, de correção redacional que assegura precisão terminológica e uniformidade do texto legislativo, em consonância com a técnica legislativa.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.937, de 2024, com as Emendas de Redação em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Maria Rosas - REPUBLICANOS/SP

Deputada MARIA ROSAS
Relatora

Apresentação: 25/09/2025 12:44:32.243 - CE
PRL 2 CE => PL 4937/2024

PRL n.2



DF | Câmara dos Deputados Anexo IV • Gabinete 436 CEP: 70.160-900 | Fones: (61) 3215-5436/3215-3436 | dep.mariarosas@camara.leg.br
São Paulo –SP | A. Das Nações Unidas, 18.801, sala 314 – Santo Amaro | CEP: 04.754-010 | Fones: (11) 2478-2063/2082

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258286997300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria Rosas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Maria Rosas - REPUBLICANOS/SP

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.937, DE 2024

Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso).

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1

Substitui-se, do Projeto de Lei nº 4.937, de 2024, a expressão “de gênero” por “de sexo” do inciso III do art. 3º, do inciso VI do art. 4º e do inciso II do § 1º do art. 9º.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada MARIA ROSAS
Relatora

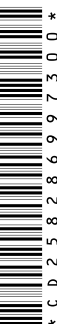
Apresentação: 25/09/2025 12:44:32.243 - CE
PRL 2 CE => PL 4937/2024

PRL n.2



DF | Câmara dos Deputados Anexo IV • Gabinete 436 CEP: 70.160-900 | Fones: (61) 3215-5436/3215-3436 | dep.mariarosas@camara.leg.br
São Paulo –SP | A. Das Nações Unidas, 18.801, sala 314 – Santo Amaro | CEP: 04.754-010 | Fones: (11) 2478-2063/2082

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258286997300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria Rosas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Maria Rosas - REPUBLICANOS/SP

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.937, DE 2024

Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso).

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2

Substitui-se, do Projeto de Lei nº 4.937, de 2024, a expressão “e gênero” por “e sexo” do inciso V do art. 11.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada MARIA ROSAS
Relatora

Apresentação: 25/09/2025 12:44:32.243 - CE
PRL 2 CE => PL 4937/2024

PRL n.2



DF | Câmara dos Deputados Anexo IV • Gabinete 436 CEP: 70.160-900 | Fones: (61) 3215-5436/3215-3436 | dep.mariarosas@camara.leg.br
São Paulo –SP | A. Das Nações Unidas, 18.801, sala 314 – Santo Amaro | CEP: 04.754-010 | Fones: (11) 2478-2063/2082

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258286997300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria Rosas

